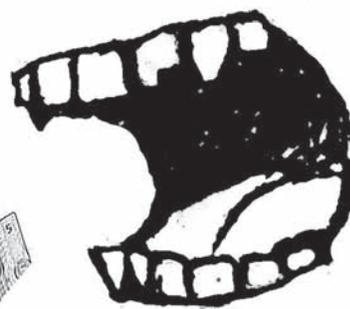


A face da crise

JE volta a discutir a crise econômica mundial com artigos de Dércio Garcia Munhoz, Nicholas Trebat e Elias Jabbour e entrevista com José Carlos de Assis.



Aliedo



Artigo do Fórum Popular do Orçamento resume debates com Cyro Garcia e Marcelo Freixo.

Editorial

A face da crise

■ Diante da magnitude da crise econômica, que afeta em particular determinados países europeus, mas ainda persiste nos EUA e assombra o resto do mundo, o Conselho Editorial do JE decidiu voltar à discussão deste tema, já abordado em outras edições.

O primeiro artigo do bloco temático enfoca a região onde se encontra o epicentro da crise. Dércio Garcia Munhoz, membro do Conselho Consultivo do IPEA, afirma que a desregulamentação financeira e o Euro, uma moeda única entre participantes com estruturas díspares, estão na origem do problema europeu. Ele avalia que a aquisição de títulos públicos no mercado primário, pela União Europeia, era, e é, a única alternativa para que os países em dificuldades, fugindo dos juros escorchantes, possam colocar os orçamentos e a dívida pública sob controle.

A entrevista desta edição é com José Carlos de Assis, autor de mais de vinte livros sobre economia política. Sua obra mais recente, *O Universo Neoliberal em Desencanto*, escrito a quatro mãos com Francisco Antonio Doria, aponta a doutrina neoliberal como responsável pela crise e indica soluções. Nesta entrevista, ele resume a análise do livro, prevê que o pior ainda está por vir e condiciona a saída da crise a iniciativas políticas de lideranças que, pelo menos por enquanto, não se mostraram à altura dos desafios.

O artigo seguinte, assinado por Nicholas Miller Trebat, professor da UFRRJ, trata dos EUA. Ele aponta que a recuperação do produto agregado do país esconde uma severa crise econômica e social. Na maior economia mundial, há 7,2 milhões de desempregados e 46 milhões de americanos, ou 15,1% da população total, vivem abaixo da linha de pobreza. Ele conclui que o clima de austeridade que se difundiu no país reduz as chances de uma retomada forte do crescimento.

Finalmente, uma edição sobre o estado da economia mundial não poderia deixar de lado a China. Elias Jabbour, autor de dois livros sobre o país, relativiza a propalada desaceleração econômica do gigante. Ela afirma que a China vive um longo processo histórico indicativo da formação de uma economia continental pós-fordista, numa réplica da formação e consolidação do território norte-americano na segunda metade do século XIX. E sentença que as possibilidades futuras na China são mais amplas do que a vã e pobre ortodoxia econômica pode aferir.

Na continuidade da edição, um artigo de três páginas do FPO resume os dois últimos debates da série "O Rio tem solução?", quando foram ouvidos o líder do PSTU, Cyro Garcia, e o deputado Marcelo Freixo (PSOL).

SUMÁRIO

- 3 Crise
Dércio Garcia Munhoz
A desregulamentação financeira e a Síndrome do Euro desorganizaram a Europa
- 5 Entrevista: José Carlos de Assis
"Na minha opinião o pior está por vir. Uma saída exige muita imaginação política, e ela não está à vista."
- 9 Crise
Nicholas Miller Trebat
A economia norte-americana: estagnação e impactos globais
- 11 Crise
Elias Jabbour
China: desaceleração e/ou transição?
- 13 Fórum Popular do Orçamento
O Rio tem solução? As respostas de Cyro Garcia e Marcelo Freixo
- 16 Seminário: "Lugar de Criança é no Orçamento Público"

Agenda de Cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato El-

man, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos e João Manoel Gonçalves Barbosa

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares e José Jannotti Viegas

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

A desregulamentação financeira e a Síndrome do Euro desorganizaram a Europa

■ Dércio Garcia Munhoz*

A análise dos problemas que vêm afetando a economia europeia sugere que as causas da desestruturação das economias da região estariam ligadas à ausência crescente de regulamentação dos mercados financeiros nas últimas décadas, com o renascimento do liberalismo econômico.

De fato, o liberalismo teve um retorno triunfante na segunda metade dos anos 80, com a desregulamentação varrendo o mundo financeiro, enquanto paralelamente os governos se viam compelidos a ceder espaço para os bancos centrais tornados independentes, sob o argumento falacioso de que os governos se teriam mostrado incompetentes para o controle dos gastos e garantia da estabilidade da moeda.

Com o retorno do *laissez-faire* aparecem novas formas de intermediação financeira não bancária, proliferando diferentes e complexas operações dissociadas da economia

real. A competição acirrada provocaria o surgimento, desde os primeiros anos da década de 90, de uma sucessão de crises financeiras, inicialmente na Europa, comprometendo o crescimento das economias.

Já no novo milênio, e até 2007, o quadro sofre profunda alteração dado o impacto da economia chinesa, a partir de 2003/2004, no comércio internacional e nas economias fornecedoras de matérias-primas. Mas paralelamente aprofunda-se a crise recessiva no mundo industrializado, enquanto na Zona do Euro, com exceção apenas da Espanha, Grécia e Irlanda, a situação torna-se preocupante, com a taxa média de crescimento recuando para menos de dois por cento ao ano.

Nesse contexto a economia americana se comportava de forma diferenciada, crescendo a taxas superiores às da ZE. Mas, ainda que com menos problemas que as econo-

mias europeias, os Estados Unidos há muito registravam anomalias no sistema de financiamento habitacional, no mundo pós-desregulamentação. Donde não ser surpresa o desfecho com a crise do *subprime*, de 2008, que extravasaria a economia norte-americana e alcançaria, dentre outros, os países da Europa.

Se o desarranjo teve como origem o sistema bancário americano, as mudanças nos mercados financeiros tiveram seu palco inicial na Europa. Num primeiro momento com as desregulamentações bancárias (FMI, *World Economic Outlook*, Maio 1991, p. 105) e num segundo momento pelos reflexos da rigidez dos Critérios de Convergência trazidos pelo Tratado de Maastricht, de 1992 (que criou a União Europeia e fez nascer a união econômica e monetária) – regras de conduta voltadas para controlar os déficits públicos e o crescimento dos preços,

visando assegurar a futura moeda única.

No momento em que surgiu a crise financeira a Europa se voltava quase que unicamente para a tentativa de livrar-se do cipoal em que mergulhara na missão impossível de dar sobrevida a um inviável regime de moeda única em ambiente de pares estruturalmente desiguais. E a chamada crise das hipotecas não poupou a Europa, pois a desregulamentação no mercado de hipotecas ao longo dos anos 80 na União Europeia foi generalizada, refletindo em rápido crescimento do crédito hipotecário em todo o continente.

As ações governamentais, lançadas em geral para evitar a quebra de instituições financeiras, tiveram custos elevados. A dívida dos governos da Zona do Euro cresceu em € 1,8 trilhão – o equivalente a 21% do PIB da área – apenas no triênio 2008-10 (IMF-World Economic Outlook Database, Setembro 2011), enquanto paralelamente a economia da re-



gião recuou em 4,1% em 2009, provocando forte redução das receitas governamentais.

O desequilíbrio ampliado nas finanças públicas poderia ter sido suportado pelos devedores se os bancos não tivessem forçado a alta dos juros nos papéis públicos, pois isso acabou provocando aumento dos encargos financeiros dos governos, e consequente elevação dos déficits fiscais, enquanto os efeitos da recessão demandavam maiores gastos sociais.

Surge, em decorrência, e numa segunda etapa, a partir de 2010, uma nova crise financeira na Europa, já agora ligada à questão do aumento dos déficits orçamentários e das dívidas públicas. Crise que poderia ter sido contida se a União Europeia tivesse autorizado – superando os vetos de Alemanha e França – a utilização de recursos financeiros para a compra direta, no mercado primário, dos títulos emitidos pelos membros mais fragilizados, evitando assim o cerco bancário.

A postura da União Europeia agrava a crise na Zona do Euro

Buscar uma solução para os renascidos déficits fiscais através da elevação de tributos ou da redução dos gastos do governo – remédio prescrito pelos líderes da União Europeia – constitui opção equivocada, pois isso tende a acentuar o caráter recessivo na economia, aumentando a demanda por gastos sociais e ampliando os déficits fiscais.

A solução de aquisição de títulos públicos no mercado primário pela União Europeia era, e é, a única alternativa para que os países em dificuldades, fugindo dos juros escor-



chantes, possam colocar os orçamentos e a dívida pública sob controle. A solução tem de ser buscada, portanto, na nascente, e não na desembocadura, como fizeram Estados Unidos e União Europeia.

As evidências revelam, por outro lado, que a dívida pública das economias mais fragilizadas na Zona do Euro não tende a provocar um risco sistêmico na área bancária; mesmo porque os governos concentram seu financiamento no mercado doméstico de títulos. Assim, o crédito total dos bancos internacionais junto ao setor público dos “patinhos feios” – Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha – representava, em junho de 2011, apenas 1,8% do total de seus créditos (BIS, *Quarterly Review*, Set. 2011 e Jun. 2012)¹. E a posição devedora dos referidos governos junto aos bancos vinha sendo sistematicamente reduzida.

As pressões exercidas pelos governos da Alemanha e da França sobre os países do sul da Europa são, portanto, im procedentes. Basta confrontar os aumentos (proporcionais ao PIB) da dívida pública de tais países, ou a relação Dívida/PIB, com o global da OC-

DE ou da Zona do Euro, ou com os números da Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e Reino Unido. As evidências indicam, portanto, que os problemas dos bancos decorreriam de outras operações, e não de créditos junto aos governos agora execrados. O que se confirmaria diante das dificuldades mais recentes de bancos espanhóis, enclacrados com a inadimplência na carteira habitacional.

O grave problema que solapa a União Europeia

A desregulamentação dos mercados financeiros gerou sucessivas crises desde o início dos anos 90, e está na origem dos problemas que atormentam a Europa, embora a questão atual seja a própria Zona do Euro, onde os Critérios de Convergência se inspiram nos mesmos princípios do liberalismo. E desde o início da aplicação de rígidas políticas fiscal e monetária, em 1994, as nações da Zona do Euro passaram a viver uma verdadeira Síndrome do Euro, pois os condicionamentos levaram o continente à estagnação.

Pode-se afirmar, portanto, que o problema real da Europa é o Euro. Uma moeda única entre participantes com estruturas produtivas, escalas de produção e capacidade de inovação tecnológica totalmente díspares. Pois, como o regime equivale a um sistema de câmbio fixo, a valorização cambial implícita, dentro da Zona do Euro, e contra as economias mais frágeis, tem sido crescente desde o início de 1999, quando foram fixadas as paridades entre as antigas moedas.

Com o câmbio crescen-

temente valorizado, os quatro principais países sob pressão acumularam, entre 2007 e 2011, déficits externos muito elevados em relação aos respectivos PIBs, totalizando no conjunto mais de um trilhão de dólares. E reduzir os salários para cortar custos e assim compensar a defasagem cambial empobreceria inutilmente a população e enfraqueceria ainda mais a economia; e como os problemas decorrem de fatores estruturais, a dose de irracionalidade teria de ser repetida em ciclos no máximo quinquenais, com o risco de se desintegrarem as nações.

Agora, na onda da crise busca-se alimentar novas ilusões com uma união fiscal, com administração dos orçamentos fugindo à competência dos países. Mas é esse excesso de centralismo que recomenda o retorno a estruturas administrativas apenas sensatas para a Zona do Euro, e com um regime cambial que reincorpore a flexibilidade e a sabedoria do Sistema Monetário Europeu de 1979, precipitadamente abandonado².

* Dércio Garcia Munhoz é economista. Foi professor titular do Departamento de Economia da UnB até 1996 e presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social. É membro do Conselho Consultivo do IPEA.

¹ E o montante de papéis governamentais dos citados países junto ao Mercado Internacional de Títulos representava 2,8% do total dos ativos daquele mercado.

² Dada a impossibilidade de realinhamento cambial sob o regime de moeda única, sair da Zona do Euro constitui talvez a única alternativa para os países mais afetados pelo câmbio fixo. Podendo, num primeiro momento, serem criados o Euro Espanhol, o Euro Italiano etc. com as dívidas externas convertidas na própria moeda; e, após decorridos alguns anos, cada país recriaria sua antiga moeda, se assim o desejassem.

“Na minha opinião o pior está por vir. Uma saída exige muita imaginação política, e ela não está à vista.”

José Carlos de Assis, economista, é mestre e doutor em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ, professor titular de Economia Internacional na UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) e assina uma coluna semanal na revista eletrônica Carta Maior e no Monitor Mercantil. Escreveu mais de vinte livros sobre economia política brasileira, entre os quais os clássicos sobre a corrupção financeira no regime autoritário, *A Chave do Tesouro e Os Mandarins da República*, inaugurando o jornalismo investigativo no Brasil em matéria econômica. Sua obra mais recente, *O Universo Neoliberal em Desencanto*, escrito a quatro mãos com o físico-matemático Francisco Antonio Doria, faz o epitáfio do neoliberalismo e aponta saídas para a crise.

Nesta entrevista, Assis destaca os pontos da análise da crise mundial apresentados no livro, demorando-se na avaliação da situação europeia. A seu ver, não existe nesse caso uma crise fiscal que se tornou financeira e bancária, mas, ao contrário, uma crise bancária e financeira que se tornou fiscal. Sobre as perspectivas, ele vê “o caos a curto prazo” e possibilidades de uma saída “de cooperação a médio e longo prazo”, dependendo dos ven-



tos políticos na Europa e nos Estados Unidos.

P: Qual a origem e natureza da atual crise econômico-financeira mundial?

R: Não há muita controvérsia em relação à origem da crise, mas há divergências sobre sua natureza. A origem foi a explosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos – principalmente imobiliária, mas não exclusivamente imobiliária –, a qual abalou de forma sem precedentes o sistema bancário americano, vazou para a Europa e contaminou o sistema bancário e financeiro europeu, também ele envenenado pela especulação.

A natureza da crise suscita divergências. Num plano não ideológico, ela continua sendo

uma crise basicamente bancária nos Estados Unidos (são 6 trilhões de dólares de títulos hipotecários girando no sistema financeiro, dos quais 3,5 trilhões de recebimento duvidoso e 1,5 trilhão estimados como de perda certa). As perdas potenciais obrigam os bancos a retrain empréstimos, e isso impede uma real retomada da economia.

Pode-se perguntar: se não estão emprestando ao setor produtivo, como os grandes bancos americanos estão ganhando dinheiro? Ganham fora do sistema produtivo, no mercado cambial (percentagem sobre 4 trilhões de dólares ao dia, quase um quatrilhão de dólares num ano), na arbitragem com títulos públicos (pegando dinheiro a zero

por cento no Fed e emprestando o Tesouro a 3,5%) e intermediando lançamento de bônus de grandes corporações. Estas, por sua vez, tomam dinheiro baratíssimo no mercado para não investir, ficando na guarda de fusões e incorporações; de fato, as grandes corporações americanas têm em caixa mais de 2 trilhões de dólares e não querem saber de investimento.

P: E na Europa?

R: **Na Europa a crise bancária e financeira se tornou crise fiscal. Os governos tiveram que salvar os bancos. Toda essa conversa alemã de que os governos europeus foram irresponsáveis gastadores, e que agora têm que ser castigados com medidas de austeridade não tem qualquer fundamento. Exceto a Grécia, todos os países do euro tinham situação fiscal extremamente confortável antes da crise, bem abaixo dos critérios de Maastricht.** A Irlanda, que era apresentada como a pérola do neoliberalismo, sobretudo por ter uma dívida extremamente baixa em relação ao PIB e um imposto corporativo de meros 12%, foi o primeiro país na zona do eu-

ro a afundar diante da crise por causa da especulação privada. O tempo passa, as interpretações da crise vão sendo reescritas com critérios ideológicos, e se esquece que a Inglaterra teve que estatizar seus dois principais bancos comerciais (Scotland e Barclays), a Irlanda três, a Alemanha um quarto de seu segundo maior banco (Commerzbank), e os próprios Estados Unidos tiveram de estatizar parcialmente seus dois maiores, o Bank America e o Citigroup, depois reprivatizados. A maioria não foi e certamente tão cedo não será devolvida ao setor privado. Isso significa que **a dita crise fiscal européia é a consequência direta da salvação de interesses dos seus grandes grupos bancários privados.**

P: O mundo já passou pelo pior, ou o pior ainda está por vir?

R: Na minha opinião o pior está por vir. Em toda crise financeira do passado, que sempre podia, como ainda pode, ser descrita como uma descolagem do sistema financeiro do sistema real, a recolagem dessas órbitas implicava alguma forma de perda de riqueza fictícia. Agora, essa riqueza fictícia, misturada com a riqueza de origem produtiva, está sendo sustentada contra quebras pelos governos, à custa dos contribuintes. Obviamente, isso é social e politicamente insustentável. Uma saída exige muita imaginação política, e ela não está à vista.

P: O problema atual se resume à Europa ou outras regiões estão ameaçadas? Os EUA superaram a crise?

R: **O problema é mundial. A retração do mercado europeu, o maior do mundo, afeta o dos EUA e já está atingindo a China e seu entorno asiático, que até aqui iam muito bem.** A desaceleração da China, talvez para 7,5%, menos que os 8% estimados pelo FMI, afeta os demais emergentes, inclusive o Brasil, que já está sofrendo em termos de exportação de commodities (exceto a soja, por causa da quebra mundial de safra). Os Estados Unidos estão num padrão de crescimento baixíssimo: 1,9% anual nos dois primeiros trimestres. E nada indica que isso vai mudar, dado o virtual congelamento de iniciativas do Governo Obama, totalmente bloqueado pelos republicanos às vésperas de eleições gerais.

P: No caso da Europa, com que cenários devemos trabalhar? Como você avalia a situação dos países no epicentro da crise? Quais são os problemas concretos destes países? Há solução?

R: De um ponto de vista técnico, estão sendo cogitadas medidas muito pertinentes para a solução da crise europeia, a exemplo da emissão de um bônus comum para o financiamento de investimentos, a adoção de um sistema comum de garantias de depósitos bancários, a retirada dos investimentos da contabilização do

gasto (déficit) público, como havia sido descartado quando da discussão do Tratado de Maastricht e do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Note que fizemos isso aqui, com os investimentos da Petrobrás e, creio, também da Eletrobrás. Para a Europa, isso representaria um grande passo para compatibilizar austeridade em gastos correntes com investimentos em infraestrutura de forma a recuperar o crescimento, sem o qual não haverá saída para a crise. Aliás, acho que mesmo o gasto corrente deve ser revitalizado.]

P: Qual é o futuro do euro e da União Europeia? A união aduaneira e monetária de um

grupo de nações é uma utopia? Por quê?

R: **A Europa não tem futuro a longo prazo se não resolver seu problema de curto prazo. E o foco do problema é a retomada do crescimento, não a austeridade fiscal. O problema, para ser bem claro, é que as lideranças europeias principais são incompetentes. Helmut Schmidt, um dos maiores líderes europeus históricos, hoje com 92 anos, deu uma entrevista fulminando o Governo Merkel e assinando que a tragédia europeia é que seus lí-**



deres nada entendem de economia. Vamos ver se, com a chegada de Hollande e as eleições alemãs do próximo ano, isso muda.

P: A desaceleração do crescimento econômico da China está relacionada com a crise mundial? E que consequências a redução do ritmo de crescimento chinês trará para o mundo?

R: A China, até a eclosão da crise, era uma economia essencialmente dirigida para exportações. A queda do comércio mundial em 2009 (12%) representou para o país um risco iminente para ela e para o mundo – neste caso, por sua força importadora. Mas a China é uma economia centralmente planejada e com um sistema bancário público. Graças a um programa de expansão fiscal de 540 bilhões de dólares, estruturado pelo planejamento e implementado pelas grandes empresas estatais financiadas pelos bancos públicos, a China manteve altas taxas de crescimento de 2009 a 2011. Agora, com a desaceleração, o Governo chinês prepara novo programa de estímulo baseado em investimentos de infraestrutura e no consumo interno. Temos que torcer para que isso dê certo, pois **uma forte desaceleração da China provavelmente espalharia a recessão pelo mundo todo, inclusive pelos demais emergentes, como nós, e em ainda maior escala do que se verifica hoje.**

P: O Brasil já foi contaminado pela crise? Em caso afirmativo, quais as suas principais portas de entrada e canais de transmissão?

R: O risco para o Brasil não é a crise europeia, mas a política econômica que os líderes europeus, pressionados pela Alemanha, estão adotando para enfrentar aquilo que eles descrevem como crise fiscal. Na medida em que obrigam praticamente toda a Europa do euro a adotar medidas de extrema austeridade, os alemães de Merkel estão forçando a retração do mercado interno, deixando como única porta para o crescimento – já que não há retomada de investimentos em países em recessão – as exportações. Ou seja, querem fazer excedentes comerciais com o resto do mundo. Como os países ricos estão todos em crise, e o apetite da China está caindo, essas exportações terão de ser redirecionadas, como estão sendo, para países emergentes como o Brasil. **O nosso risco, portanto, é de sofrer um ataque de dumping comercial da Europa e dos Estados Unidos -- que já fizeram um superávit comercial conosco de 8 bilhões de dólares no ano passado --, superposto às exportações chinesas. Isso pode afetar profundamente nossa estrutura produtiva manufatureira e nosso mercado de trabalho. Nossa Presidenta colocou o dedo na ferida quando advertiu os**

europeus sobre a necessidade de políticas de crescimento.

P: O país continua estruturalmente vulnerável a crises externas, como nas décadas de 80 e 90, ou está blindado pela política macroeconômica dos últimos governos?

R: Não temos riscos cambiais imediatos, por causa das reservas. Mas, como disse, o Brasil está sob o risco de um dumping comercial a partir dos países ricos, que terá consequências estruturais profundas para o futuro de nossa economia e de nossa sociedade. Isto é, se não houver contramedidas estratégicas imediatas, as quais, a meu ver, são o aprofundamento do processo de integração sul-americana.

P: Como você avalia as recentes medidas adotadas pelas autoridades brasileiras no campo econômico? Houve uma mudança nos rumos da política econômica ou trata-se de inflexões pontuais?

R: São inflexões pontuais. Diria que são a repetição ingênua de algumas, não todas, medidas adotadas em 2009, e que então deram certo. Agora o jogo é diferente, é estrutural. Não são suficientes, embora sejam necessárias, medidas no campo do estímulo ao consumo. Mas o que é mais necessário, antes de tudo, é proteger nosso mercado produtivo industrial, o que, insisto, depende da integração sul-americana, em benefício conjunto nosso e dos nossos vizinhos. Por outro lado, **a forma mais eficaz de estimu-**

lar o mercado interno é reduzir ou mesmo eliminar por algum tempo, até a recuperação plena do crescimento, o superávit primário.

P: A crise em curso gerou mais consciência sobre os riscos sistêmicos do capitalismo? Algo mudou no capitalismo?

R: Por enquanto não mudou nada no capitalismo. Mas acredito que vai mudar. E não é porque algum iluminado tem a fórmula mágica. Vai mudar porque não há realmente saída para a crise fora de uma atitude política, a cooperação, que representa uma ruptura de paradigmas em mais de três séculos de liberalismo econômico, revitalizados nas últimas três décadas pelo neoliberalismo. Sem essa ruptura não haverá estabilidade social e política no mundo – e isso analisamos com grande atenção em *O Universo Neoliberal em Desencanto*.

P: Desde o estouro da crise em 2007, houve algum esforço concreto, por parte das principais potências, para discutir ou implantar uma regulação mais restrita às instituições financeiras com atuação global? Em caso afirmativo, quais foram?

R: Houve esforços nos Estados Unidos (lei Dodd-Frank) e na União Europeia. Entretanto, como a discussão legislativa transcorreu em 2009/2010 num momento de aparente recuperação das economias dos países ricos, principalmente americana e alemã, os lobbies do sistema bancário e

financeiro conseguiram criar obstáculos eficazes para uma regulamentação forte. Contudo, o problema real ainda não é este. O problema imediato é de assegurar a recuperação sustentável dos países ricos. E isso está num impasse.

P: Como explicar que alguns dos principais executivos das corporações financeiras que quebraram em 2008 continuam ocupando postos-chaves no governo dos EUA?

R: A isso se deve, em grande parte, o fracasso da administração Obama. Veremos, caso ele ganhe as eleições e consiga fazer maioria nas duas casas do Congresso, se finalmente vai mudar a equipe para comandar uma política keynesiana atualizada, liderando uma cooperação internacional no mesmo sentido, para recolocar a economia mundial numa marcha de prosperidade.

P: Os custos da crise estão recaindo sobretudo sobre os países/segmentos da população mais pobres. Este tipo de ajuste fortalece ou enfraquece os movimentos sociais, no longo prazo, nos países centrais?

R: Esta é uma pergunta interessante, porque poucos se dão conta dos processos de transferência de renda que estão por baixo de políticas econômicas supostamente neutras. Veja, por que há uma óbvia preferência dos conservadores e neoliberais por políticas monetárias relaxadas (juros básicos de 0% e 1% no Fed e no BCE, facilidades in-

finitas de crédito para o sistema bancário a essas taxas básicas em todos os países ricos) e políticas fiscais de austeridade?

Ora, inventarão várias justificativas ideológicas para isso, mas, na realidade, a razão é que políticas monetárias relaxadas (não estou falando do caso brasileiro, que é especial, pois aqui quanto mais alta é a taxa básica, Selic, mais os investidores financeiros ganham juros da dívida pública) favorecem os ricos (são eles que têm garantias para tomar dinheiro emprestado a taxas de zero ou um por cento), enquanto políticas fiscais ditas austeras jogam todo o custo do ajustamento sobre os mais pobres. Ou seja, a combinação das duas políticas é um instrumento poderoso de transferência de renda de pobres para ricos. Contudo, como a política fracassa em termos estritamente econômicos por estrangular a demanda efetiva, cedo ou tarde o sistema político, pressionado pela crise social, se dará conta dessa falácia e mudará o curso da história.

P: Então, para finalizar, quais são as perspectivas para o mundo e para o Brasil?

R: Para o bem ou para o mal, não temos um *hegemon* que ponha ordem no mundo, como tivemos no pós-Segunda Guerra pela hegemonia incontestável no Ocidente dos Estados Unidos. Agora, pensar que os EUA sozinhos podem reordenar a economia mundial, liderar o enfrentamento da crise ambiental,

mandar na geopolítica, ordenar a investigação científica no campo da genética – cito áreas de interesse global em evidente crise –, não passa de uma quimera. Em termos realistas, a solução da governança mundial está nas mãos de um restrito grupo de países, o G20, que concentra 90% da economia e da população mundial.

Agora veja: no começo da crise, quando o mundo ficou traumatizado por sua extensão e profundidade – não tenha dúvida, esta crise econômica, por afetar o sistema bancário, coração do sistema capitalista, é maior que a crise de 29 –, houve uma concordância completa em torno da necessidade de programas de estímulos fiscais nas três primeiras reuniões do G20 que se seguiram, em Washington, Londres e Pittsburg.

Se você der uma olhada nos comunicados finais desses encontros, verá que a palavra “cooperação” aparece oito vezes ou mais em cada um deles. Entretanto, a partir da reunião de Toronto, no primeiro semestre de 2010, com os conservadores convencidos de que o pior da crise havia passado, a Alemanha chefiou uma dissidência dentro do G20, contra americanos e chineses, sob o rótulo de “exit strategies”, ou seja, de mudança de ênfase do estímulo fiscal pa-

ra seu oposto, a austeridade fiscal. Daí em diante, como aconteceu com Roosevelt em meados dos anos 30, as economias europeias imbicaram para um segundo mergulho, no qual ainda se encontram no momento.

Perspectivas? Veremos o que ocorre no próximo ano no terreno político. A reunião do G20 no México fala em crescimento, o que é bom, mas em termos práticos nada acontecerá antes das eleições americanas e alemãs. Ou teremos um horizonte otimista, em que o G20 oriente o mundo no sentido de políticas cooperativas de expansão fiscal, ou teremos de esperar o tempo necessário para que os líderes mundiais se deem conta do imperativo de uma política desse tipo.



A economia norte-americana: estagnação e impactos globais

■ Nicholas Miller Trebat*

A “Grande Recessão” estadunidense, que começou em dezembro de 2007, terminou, oficialmente, em junho de 2009. Após uma queda de 3,5% em 2009, o PIB cresceu 3% em 2010, 1,7% em 2011, e 1,9% (anualizado) no primeiro trimestre de 2012. Analistas financeiros esperam taxas de crescimento nos EUA entre 2 e 2,5%, respectivamente, nos próximos dois anos, abaixo da média histórica mas acima das previsões para a União Europeia.

A recuperação do produto agregado, no entanto, esconde uma severa crise econômica e social. Entre dezembro de 2007 e maio de 2012, 4,98 milhões de empregos foram eliminados. A taxa de desemprego oficial está em 8,2%, mas esta taxa sobe para 15% se incluirmos entre os desemprega-

dos as pessoas que não procuraram ativamente um emprego nas quatro semanas antes do censo mensal. Atualmente, 7,2 milhões estão desempregados há mais de 15 semanas. Esses “desempregados de longo prazo” constituem 60% da população desempregada, quase o dobro da média, de 30 a 35%, observada entre 1975 e 2005. Mesmo no auge da “recessão de Volcker” dos anos 1980, a mais grave do período do pós-guerra até 2008, os desempre-

gados de longo prazo não superavam 40% do total.

O impacto social desse aumento do desemprego foi imediato. O Bureau do Censo do governo federal calcula que 46 milhões de americanos, ou 15,1% da população total, viviam abaixo da linha de pobreza (renda anual inferior a 40% da renda familiar mediana) em 2010. Em termos absolutos, é o maior número já registrado pelo Censo, e é a maior taxa registrada nos EUA desde 1993.

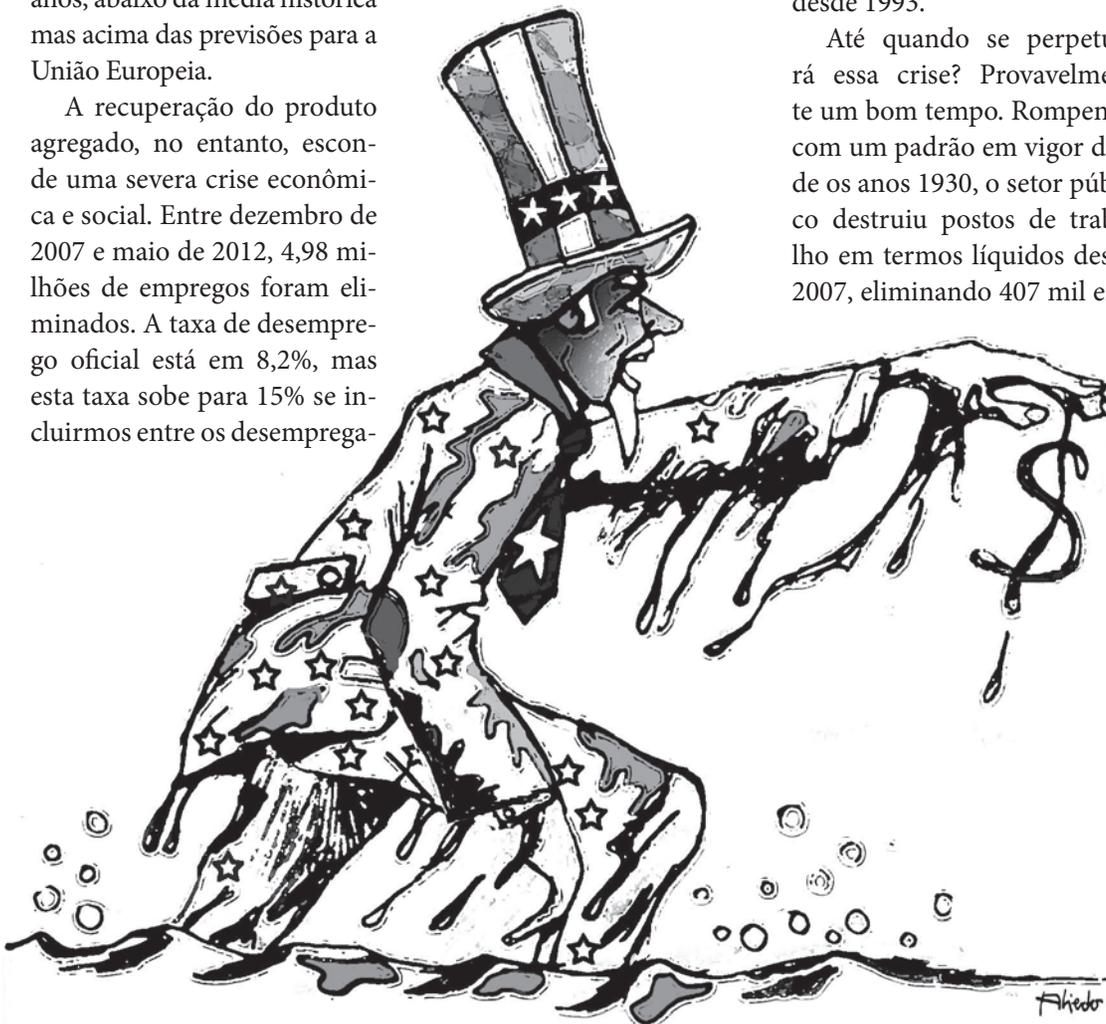
Até quando se perpetuará essa crise? Provavelmente um bom tempo. Rompendo com um padrão em vigor desde os anos 1930, o setor público destruiu postos de trabalho em termos líquidos desde 2007, eliminando 407 mil em-

pregos públicos entre dezembro de 2007 e maio de 2012. Para fins de comparação, entre janeiro de 2001 e janeiro de 2003, período de recessão enfrentado pelo governo Bush filho, o setor público criou 753 mil empregos, e, em janeiro de 2005, ainda havia 700 mil empregos públicos a mais relativamente a janeiro de 2001.

É importante notar que, embora focada no *bailout* da oligarquia financeira, a reação inicial do governo Obama à crise foi coerente com os padrões históricos americanos. O setor público criou em torno de 100 mil postos de trabalho entre o fim de 2007 e o início de 2010, e em fevereiro de 2009, Obama aprovou um estímulo fiscal de US\$ 840 bilhões. Como vimos, a resposta do PIB a essa intervenção foi rápida.

O governo Obama, porém, pagou um preço alto pela crise não resolvida no mercado de trabalho. Os grandes vitoriosos nas eleições de 2010 para o Congresso foram deputados ultraconservadores que defendem drásticos cortes fiscais.

Em vez de resistir, a Casa Branca aderiu ao movimento de aperto fiscal. Após um leve aumento em termos reais em 2010, gastos federais em bens e serviços declinaram 1,9% em 2011. O impacto a nível subnacional foi significativo. A arrecadação de governos subnacionais sempre cai em recessões,



e cabe ao governo central, que possui autonomia fiscal, gastar mais para compensar a queda do gasto local. Não é o que fez o governo Obama. Mais de um milhão de empregos públicos foram eliminados entre maio de 2010 e maio de 2012. Apenas em maio deste ano, 13 mil funcionários públicos americanos foram demitidos em termos líquidos.

O clima de austeridade fiscal nos EUA faz parte de um longo processo de transformação social, iniciado nos anos 1970, levando ao enfraquecimento das



classes trabalhadoras no país. Entre outros fatores, a reemergência das empresas europeias e japonesas como concorrentes das americanas nos mercados internacionais levou o empresário americano a internacionalizar cada vez mais as suas redes produtivas, e buscar formas de reduzir o custo unitário do trabalho nos EUA. O apoio a políticos e políticas econômicas mais conservadoras – inclusive entre a elite cosmopolita e financeira da costa leste – fez parte do novo contexto.

Democratas, assim como republicanos, se adequa-

ram à mudança nos interesses empresariais. Clinton (1993-2000), o primeiro Democrata eleito após a era Reagan (1981-1988), promoveu de forma agressiva a globalização das empresas americanas, o que reforçou a tendência à queda na taxa de sindicalização da força de trabalho. Ademais, e mais até do que os seus antecessores republicanos, o democrata adotou a contenção fiscal e o enfraquecimento do sistema de *welfare* como pilares de sua política econômica.

Essas transformações no contexto político americano desde os anos 1970 geraram dois fenômenos de grande importância: estagnação salarial e uma piora na distribuição de renda. De acordo com estatísticas oficiais, o salário real mediano do trabalhador americano em 2009 estava próximo ao nível de 1968. Quanto à distribuição, os 1% mais ricos detinham quase 50% da renda total americana em 2011, percentual que se situava em torno de 30 a 35% entre 1940 e 1980.

As implicações macroeconômicas são claras: estagnação salarial, somada à desigualdade, significa que gastos em bens de consumo ou na construção de novas residências nos EUA só podem crescer de forma acelerada quando trabalhadores americanos possuem condições de se dividir. Ora, foram justamente a demanda por crédito e os esquemas de financiamento do consumo, ligado aos preços dos imóveis, que foram destruídos na crise. É por essa razão que, na ausência de políticas mais agressivas por parte do governo federal, as pers-

pectivas para o PIB e emprego americanos são de uma relativa estagnação.

No tocante às implicações para a economia mundial, vale lembrar que os EUA continuam sendo a maior economia do mundo, o maior importador mundial e a principal fonte de demanda externa para um conjunto de regiões – União Europeia, China, Japão e Índia – que representa 50% do PIB mundial. Além disso, o dólar norte-americano ainda é a principal moeda internacional, o que significa que importações americanas fornecem o meio através do qual outras economias equilibram as suas contas externas. Assim, se a economia estadunidense estagnar, a posição em balanço de pagamentos do resto do mundo tende a piorar, gerando tendências recessivas mundiais.

Esta situação incentiva países não emissores do dólar a adotarem regimes de crescimento em que exportações possuem papel decisivo. Isto porque, com o comércio e finanças mundiais baseados no dólar, políticas de “keynesianismo em um só país” são inviáveis: se a demanda interna cresce em um país e não cresce em outros no mesmo ritmo, a posição em balanço de pagamentos do primeiro país piora, impedindo a manutenção do crescimento interno.

Isso explica, em parte, porque exportações tendem a puxar as maiores economias da zona do euro, como Alemanha, Itália e, em menor medida, França. Também ajuda a explicar porque, diferentemente do que ocorria tradicionalmente nos EUA, as clas-

ses empresariais nesses países têm ojeriza ao keynesianismo, a ponto, no caso dos países do euro, de convencer os seus governos a abrir mão de sua própria autonomia fiscal através da adoção de uma moeda basicamente estrangeira.

Restaria à China assumir o papel de “locomotiva” da economia mundial, e é justamente isso que os americanos e europeus pedem há algum tempo. O problema é que China, grande o suficiente para puxar a demanda mundial, não emite uma moeda internacional. A geração de saldos exportadores constitui um objetivo estratégico do governo chinês, e continuará sendo assim enquanto a China for forçada a pagar em dólares americanos por suas importações e para fazer seus investimentos externos. Este contexto impõe limites à capacidade chinesa de sustentar, de forma autônoma, a demanda global.

São os EUA o candidato natural para atuar como locomotiva num mundo dolarizado. No entanto, o clima de austeridade que se difundiu no país (ameaçando atingir até os setores sagrados do complexo industrial-militar) reduz as chances de uma retomada forte do crescimento americano. Como também não há possibilidades de haver crescimento liderado pelo endividamento das famílias americanas, a estagnação do PIB per capita é a previsão do momento para a economia americana e parte relevante da economia mundial.

* Nicholas Miller Trebat é professor adjunto de Economia do Departamento de História e Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DHE-UFRRJ).

China: desaceleração e/ou transição?

■ Elias Jabbour*

Sem uma boa filosofia, uma boa análise da realidade tem a grande tendência de se perder na concentração do que é “estático” em detrimento da “dinâmica”, dinâmica esta que compreende a análise da própria história de uma certa realidade. Pois bem, abstraindo o conjuntural, é correto advogar o termo “desaceleração” a um país que cresceu nos últimos 30 anos a uma taxa média de 9,9% - sendo que em 2011 este crescimento foi de 9,2 e as projeções mais pessimistas para 2012 cravam algo em torno de 8%?

A resposta não é fácil como muitos creem. De fato, este crescimento acelerado foi acompanhado por um crescente do coeficiente “comércio exterior” em relação ao PIB, coeficiente este que cresceu de forma mais acelerada que o próprio PIB entre 1980 e 2010. Desta forma, se tomarmos a história das crises econômicas como a história – numa relação de causa e efeito – das crises do comércio exterior, chegasse sim à conclusão de que o país encontra-se em desaceleração cuja causa primária está no fechamento relativo de mercados externos aos seus produtos. Mas se tomarmos os dados disponíveis para os meses de abril e maio,



há a dúvida sobre o processo de “desaceleração” pode aumentar. Em abril verificou-se deflação no Índice de Preços ao Produtor (PPI), que passou de 0,3% em março para 0,7% em abril. E em relação à produção industrial, o mês de abril apresentou um crescimento inferior ao esperado pelos analistas. Após avançar 11,9% em março, a produção industrial desacelerou e registrou um crescimento de 9,3% em abril, enquanto as expectativas esperavam alta de 12,2%.

Por outro lado, conforme noticiado no *Wall Street Journal* (11/06/2012), as exportações subiram 15,3% em maio ante um ano atrás, informou a Administração Geral da Alfândega da China, superando o modesto crescimento

de 4,9% registrado em abril e bem acima da previsão de 6,9% resultante de uma pesquisa com economistas. Do mesmo modo, as importações cresceram 12,7% em maio contra 0,3% em abril, sendo que a previsão era de que cresceriam 3%. Dados de uma associação de caráter semi-oficial (Associação de Fabricantes de Automóveis da China) dão conta de um crescimento nas vendas de automóveis em maio. As vendas de carros de passeio subiram 22,6% frente ao ano anterior, para 1,28 bilhão de veículos. O crescimento ficou acima dos 12,5% de abril, uma recuperação significativa em relação à queda de 1,3% nas vendas registrada no primeiro trimestre em relação a 2011. Sinal claro de que as medi-

das de expansão ao consumo e ao investimento, replicadas ciclicamente desde 2008, estão surtindo efeitos.

O que significam esses simples números? Variáveis para uma matemática tosca com carapaça de ciência dita econômica? Creio que não. Concentrarmos-nos na contradição inerente dos números pode servir a uma absolutização que não coopera em nada para o que é importante no momento: a China vive uma grande transição que se confunde com um longo processo histórico indicativo da formação de uma economia continental pós-fordista, numa réplica da formação e consolidação do território norte-americano na segunda metade do século XIX. Agregar este caráter estratégico

do curso atual da Revolução Chinesa sugere também perceber quais são os atributos presentes no chamado “modelo chinês”, notadamente nas potencialidades de seu mercado interno.

Altos coeficientes de abertura e um quase inelástico mercado interno são as duas pontas de um compasso. O “externo” e o “interno” funcionam de forma quase sincrônica sob o lastro de um poderoso Estado socialista onde o Princípio da Demanda Efetiva é expressão da fusão da Grande Empresa (149 conglomerados estatais concentrados nos setores estratégicos da economia) com o Grande Banco (16 grandes bancos estatais e investimentos). A mediação desta fusão pode estar presente tanto na estatização dos instrumentos cruciais do processo de acumulação quanto na planificação do próprio comércio exterior. Novas e superiores formas de planejamento se impõem diante desta “grande fusão” e se concretizam na capacidade deste Estado de transferir centenas de bilhões de dólares de um canto do país. Logo, a realidade estratégica da já dita formação de uma economia continental é a espinha dorsal num lugar onde o Princípio da Demanda Efetiva torna-se algo como uma lei geral do processo de desenvolvimento do país. Uma quase antítese em relação ao capitalismo norte-americano e europeu, onde

a Preferência pela Liquidez, há muito, transformou-se em objetivo do funcionamento do sistema.

Diante de uma estratégia capaz de manter expectativas internas e externas atrativas ao investimento, podemos vaticinar boas perspectivas para o Brasil e o mundo. O preço das commodities e outras matérias-primas deve voltar ao estado de normalidade na mesma proporção em que as taxas de investimento com relação ao PIB (na China) devem se manter num patamar entre 37% e 42% para os próximos anos. Isso é possível na medida em que 53% dos investimentos em ativos fixos são concentrados em novas infraestruturas. Portanto, as comparações – neste campo – com economias como a do Japão e da Coreia carecem de fundamento. Nem a Coreia, nem o Japão têm a demanda de interligar um território das dimensões da China, muito menos uma população de centenas de milhões a serem alçadas ao consumo. E o processo de unificação do território econômico chinês tardará ainda pelo menos 30 anos. Bom assinalar que pela primeira vez (2011), desde o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste em 1999, a renda rural cresceu de forma mais acelerada que a urbana e mesmo diante de um cenário de “desaceleração” (sic) a produção de

cereais da China cresceu pelo oitavo ano consecutivo e bateu um novo recorde em 2011, chegando a 571,21 milhões de toneladas, uma alta anual de 4,5%. As possibilidades futuras são mais amplas do que a vã e pobre ortodoxia econômica pode aferir.

Enquanto o “Príncipe Moderno” (Partido Comunista da China) conduz uma locomotiva que na atualidade é a maior provedora de crédito líquido no planeta e que se apresenta no centro de gigantescos processos de fusões e aquisições, sobretudo na Europa, no Brasil o “Rei” (Plano Real) – criado em algum escritório da Universidade de Chicago, mas com paternidade reconhecida por um “Príncipe da Moeda” (FHC) –, está em plena nudez. A crise desnudou e a realidade denuncia a necessidade de proscricção do “esquemão” surgido em 1994. O golpe (com o mesmo grau de letalidade do ocorrido em 1964), que se baseou na troca da inflação pela dívida pública, chegou ao seu limite. O seu limite “progressista” residiu num cenário externo positivo entre os anos de 2003 e 2010. Mas hoje a taxa de investimentos decresce de forma mais rápida que a taxa de juros. O objetivo estratégico de “combate à inflação” (ampliada com a quebra da última fronteira da indexação, a poupança) está aí. O pior pode estar por vir: ainda te-



mos seis meses para frente, o que significa que novas acomodações para baixo na expectativa de crescimento são amplamente possíveis.

À luz tanto da impetuosidade chinesa quanto da capacidade de nosso povo, o momento é de coragem intelectual para denunciar a verdadeira natureza do Plano Real. Infelizmente, patriotas da estatura e coragem de Ignacio Rangel (1914-1994) não estão tão disponíveis assim neste verdadeiro mercado que se transformou o “debate de ideias”. Quem sofre é o Brasil. É cada vez mais evidente que somos, conforme o citado gênio maranhense, “um país de cegos guiados por cegos no rumo do abismo”. Ou não. Que a história nos demonstre o contrário. E torço para isso.

* Elias Jabbour é doutor e mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP. É autor de *China: Infra-Estruturas e Crescimento Econômico* (Anita Garibaldi, 2006, 256 p.) e *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado* (Anita Garibaldi/EDUEPB, 2012, 456p.). Foi assessor para assuntos de economia e desenvolvimento da Presidência da Câmara dos Deputados (2006-2007).

O Rio tem solução?

As respostas de Cyro Garcia e Marcelo Freixo

No mês de maio encerramos a sequência de debates com a temática “O Rio tem solução?”. Os dois últimos convidados foram o líder do PSTU, professor Cyro Garcia, no dia 17, e o Deputado Marcelo Freixo (PSOL), no dia 31 de maio. Os economistas François Bremaeker (Transparência Municipal) e João Sucupira (professor da PUC) contribuíram com os seus comentários em cada dia, respectivamente, e Paulo Passarinho, do Programa Faixa Livre, esteve na mediação em ambos os eventos.

O início dos debates foi com a apresentação dos dados financeiro-orçamentários cariocas pela equipe do FPO, já publicados nas edições de fevereiro e março deste ano.

A seguir estão expressos os principais pontos abordados pelos convidados.

Cyro Garcia

Cyro Garcia começou o debate a partir de um cenário sobre o volume de recursos públicos no município do Rio de Janeiro. Segundo o convidado, a situação do ponto de vista do caixa é confortável: “Têm-se margem para investir em contratação e melhoria de salário dos trabalhadores, logo deveríamos fazê-lo para melhorar a qualidade de vida da população”.

Outro aspecto abordado inicialmente foi a defesa da

participação popular em 100% do orçamento público.

Os principais temas estão destacados a seguir:

O déficit habitacional

A preparação da cidade para a realização dos megaeventos tem causado a transferência de muitos trabalhadores para lugares afastados e sem qualquer estrutura. A prefeitura, além de não apresentar nenhum projeto efetivo para acabar com a pobreza, demonstra uma postura de indiferença com relação à questão do déficit habitacional. Apenas promove ações de disfarce em algumas áreas da cidade em função dos eventos programados.

A solução de Cyro se baseia na desapropriação de imóveis com dívidas com o município e abandonados para resolver a questão do déficit habitacional. Também propõe a criação de uma empresa de obras públicas municipais para garantir serviços básicos de qualidade para todos, tais como saneamento básico e urbanização para as comunidades carentes.

Transporte público

A Fetranspor (Federação das Empresas de Transportes de Passageiros), historicamente, tem uma influência muito grande no cenário rodoviário. Faz-se necessário que essa participação seja menor na definição da rede de transporte para que, com isso, se possa

proporcionar maior funcionalidade e menores tarifas. O convidado critica a tarifa dos ônibus e afirma: “Em um estudo feito pela COPPE-UFRJ, com menos de cinquenta por cento do preço atual do ônibus teríamos condições de pagar aquilo que é gasto pelos empresários com margem de lucro”.

Guarda Municipal – proteção desarmada

A Guarda Municipal (GM) tem a sua função distorcida, pois foi criada para a proteção dos bens públicos da administração municipal (prédios, praças, ruas etc.), porém passou a tratar da segurança pública, tarefa da órbita do governo estadual. “A polícia deveria garantir a proteção da população, mas sem o processo de militarização que vem acontecendo na cidade, tais como o Choque de Ordem”.

Cyro defende a reconfiguração das atividades da GM com a priorização da atuação em escolas e hospitais. E avança nesta ideia ao propor que a GM faça também a segurança nas escolas estaduais retirando, assim, a polícia armada.

Saúde

O atual quadro de funcionários do Sistema Público de Saúde é insuficiente. Já com relação às UPAs, Cyro diz que não funcionam como deveriam e critica a participação dos bombeiros militares nes-

sas unidades (exemplo do processo de militarização).

A solução é a ampliação do quadro e a qualificação dos profissionais de saúde, além de estender o atendimento à população carente através de um plano de obras públicas.

Cultura

A concentração dos principais espaços culturais – teatros, cinemas, bibliotecas – na zona sul do Rio de Janeiro e o abandono dos centros culturais de outras localidades evidencia a segmentação da atual política pública para o setor. Faz-se necessário, portanto, promover um incentivo cultural nos locais esquecidos, para que a classe trabalhadora tenha acesso a essa atividade essencial.

Outra solução de Cyro apresentada é o passe livre dos estudantes como instrumento garantidor de acesso desse grupo a eventos culturais, proporcionando-lhes um maior aproveitamento intelectual.

François Bremaeker

François argumentou, através de dados relativos aos municípios brasileiros, que a participação popular em 100% do orçamento é difícil de acontecer, vez que o comprometimento dos recursos municipais atende a vinculações constitucionais (mínimo de 25% em educação e de 15% em saúde), além das despesas continuadas com a administração interna da Prefeitura

e com a manutenção dos demais serviços públicos, o que deixa uma margem média de 5% livres para que a população possa opinar sobre sua aplicação, quando é praticado o orçamento participativo.

Por outro lado, a proposta de criação de uma empresa de obras municipais é positiva, pois os serviços terceirizados tendem a ser mais caros. E completou: o grande entrelaçamento entre os interesses privados e o poder público é prejudicial aos gastos governamentais.

Em suma, o comentarista qualificou como ousada a apresentação de Cyro Garcia, pois propõe uma mudança muito grande na administração municipal.

Considerações Finais

Os dados¹ referentes à Receita Tributária e ao Saldo e Resgate da Dívida Ativa demonstram o quanto o município perde em recursos com a inadimplência. Assim, a proposta de realocações dos imóveis vazios é factível, uma vez que parte da Dívida Ativa se refere ao IPTU. Ou seja, esses débitos podem ser restituídos através de desapropriações e dando aos imóveis uma destinação habitacional.

Cyro Garcia está ciente de que suas propostas têm grande dificuldade de serem implementadas, apesar de estarem todas dentro da legalidade. Por isso, enfatizou a mobilização da classe trabalhadora no âmbito político como condição essencial para a efetivação de

suas propostas de governo. “A ineficiência dos serviços públicos precisa ser contestada pelos trabalhadores, pois estes conferem grande participação na arrecadação dos tributos; logo, o direcionamento destes recursos deve ser dado de forma a proporcionar serviços que atendam as necessidades da população como um todo”, finalizou.

Deputado Marcelo Freixo

As críticas à atual administração municipal foram relacionadas à privatização da gestão pública da saúde, ao favorecimento do modelo “cidade-negócio”, à criminalização dos cidadãos pobres e ao crescimento do número de regiões dominadas por milícias. Os detalhes estão na sequência:

Saúde

Em 2009, o orçamento da Saúde era próximo a R\$ 2,4 bilhões e para 2012 a previsão ultrapassa os R\$ 4 bilhões. Os investimentos neste setor também aumentaram, passando de R\$ 18 milhões em 2009 para R\$ 142 milhões em 2012 – para a construção de hospitais e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Mas o maior aumento está no custeio, de R\$ 966 milhões para mais de R\$ 2,5 bilhões, em grande parte para as Organizações Sociais (OS’s).

Tem sido transmitida a ideia de que o modelo de gestão privada é moderno, avan-

çado e progressista. Entretanto, a terceirização dos serviços prestados na saúde pelas OS’s não gerou melhorias na qualidade do atendimento. As consequências desse modelo são a transferência do poder para a esfera privada e a despolitização da política pública.

A solução dos problemas da saúde passa pela contratação de funcionários e isto não foi feito, pois a despesa com pessoal não aumentou nesta gestão.

Mobilidade Urbana

A escolha do Bus Rapid System (BRS), com a criação de faixas exclusivas para ônibus, significa a priorização do modelo rodoviário. De fato, o BRS ocasionou uma redução considerável nos custos das empresas de ônibus. Entretanto, a queda dos custos não foi revertida em queda nos preços das passagens. Além do mais, a implantação deste sistema criou dificuldades adicionais: em bairros como o de Copacabana, por exemplo, onde vivem numerosos idosos, o afastamento dos pontos de ônibus dificulta a locomoção desta parcela da população.

Portanto, uma decisão errada tanto pelo aspecto econômico quanto pelo social. A superação dos problemas de mobilidade urbana se dará através do transporte sobre trilhos, por ser mais barato e ambientalmente mais indicado.

A Cidade Espetáculo

Os dados das despesas da Empresa de Turismo do Município (RIOTUR) revelam uma

busca governamental pelo entretenimento através de uma série de eventos que custam caro aos cofres públicos. Nos últimos anos, esses gastos tiveram crescimentos que chegaram a 155% das suas previsões. Em 2011, por exemplo, a previsão orçamentária foi de R\$ 50 milhões e foram executados R\$ 123 milhões. Para 2012, a previsão sobe para 55 milhões e a tendência é que esses gastos superem os do ano passado.

Assim, o Rio de Janeiro vai se transformando numa espécie de “cidade espetáculo”, onde o cidadão não tem voz para opinar e se torna apenas espectador dos gastos públicos.

A Política do Choque de Ordem

O Choque de Ordem propõe como cidade segura aquela que criminaliza e reage com eficácia aos pequenos delitos e identifica o criminoso na figura do mais pobre, desempregado ou que possui um subemprego, tirando-o da rua e tornando a vida urbana mais “pacífica”. Esta criminalização da pobreza de forma oficial demonstra que a segurança não vem da garantia de direitos, mas sim do controle e repressão dos setores mais pobres. Tal política foi inspirada na política “Tolerância Zero” aplicada em Nova Iorque na década de 1990. É a retomada do pensamento positivista forte e conservador.

A necessidade de ordem pode e deve ser feita, mas construída democraticamente e com transparência. Tal atitude,

em contraponto ao Choque de Ordem, seria capaz de mudar o perfil de nossa cidade.

O combate às milícias

Ao contrário do tráfico, a milícia possui um projeto de poder e age como máfia no controle de serviços como gás, televisão a cabo e transporte alternativo – fontes de seu financiamento. Ao mesmo tempo são opressores e fornecedores de assistência à comunidade; suas lideranças são sempre agentes do poder público. Quase todo líder miliciano é dono de centro social e, muitas vezes, conta com o financiamento da própria prefeitura. Resultado: domínio eleitoral de seus candidatos.

Em 2008, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI das Milícias na ALERJ), presidida pelo deputado, identificou cerca de 170 áreas dominadas. O relatório da CPI recomendava que a licitação do transporte alternativo fosse feita por licença individual, para romper com o poder das cooperativas. Entretanto, esta recomendação não foi seguida pelo Prefeito Eduardo Paes.

Em 2012 já passam de 300 as áreas dominadas por milícias, mesmo após a prisão de 680 milicianos. Isso comprova

a expansão do crime organizado no Rio de Janeiro.

Os comentários de João Sucupira e Paulo Passarinho

Sucupira ressaltou a diferença de forças entre as duas campanhas, a “situação” com uma coligação de 15 partidos, além da aceitação da grande mídia e de outras instituições civis relevantes. Já a “oposição” aposta na capacidade da militância política de influir no resultado de uma eleição.

Sobre a exposição de Marcelo, que acusa a prefeitura de governar em função de determinados setores privados e não para o interesse público, Sucupira concordou. Todavia, reconheceu que as ações do Estado voltadas para a criação de um clima favorável para a atuação privada são um paradigma global. Portanto, como um prefeito pode reverter esta lógica?

Sendo Sucupira um dos fundadores do FPO, lembrou as dimensões que norteiam a sua atuação: transparência, participação e prioridades sociais. O discurso do Marcelo levanta bandeiras políticas parecidas; entretanto, Sucupira argumenta que a transparência por si só não leva a uma mobilização social. Logo, quais são os instrumentos de

transparência e participação a serem utilizados?

Por fim, citou o crescimento dos investimentos, tanto públicos quanto privados, na preparação dos megaeventos, alardeados pela prefeitura como a solução para os problemas da cidade. Como se contrapor a esse otimismo propagandeado e, ao mesmo tempo, resgatar a cidadania e a participação de fato?

Paulo Passarinho aprofundou a pergunta, argumentando que a cidade está comprometida com intervenções urbanas que, além de não beneficiarem a maioria, deixarão de herança problemas estruturais e dívidas financeiras. Como inverter as prioridades da cidade que já estão em curso?

A Réplica de Marcelo Freixo

Sobre a disputa eleitoral, Marcelo confia na mobilização das redes sociais e das ruas para se confrontar com as diferenças de tempo de exposição na mídia do atual prefeito. Além disto, propõe uma aliança com a sociedade civil, construída ao longo da própria campanha.

Reconhece a insuficiência da transparência como fator de mobilização, porém acredita na gestão participativa como condição indispensável

para a transformação.

Em relação ao otimismo atual da população carioca, Marcelo lembra que o Rio hoje é mais desigual que na década de 90 e esta concepção econômica de crescimento tem de ser repensada. A população não está alheia a esta realidade.

Na visão de Marcelo Freixo, as eleições que virão não definirão apenas o governante da cidade pelos próximos quatro anos, e sim para as próximas décadas, uma vez que o próximo governo definirá as diretrizes e o legado social dos megaeventos com consequências no longo prazo.

Considerações Finais

Há uma disputa de modelos de gestão pública: um que defende a transparência e a participação ativa da sociedade e outro que busca na promoção dos interesses privados a solução para os problemas cariocas.

A eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas, sejam elas em qualquer âmbito, precisam considerar a voz e a opinião dos cidadãos. Sem elas o Estado deixa de existir enquanto instrumento de defesa do interesse público.

¹ Para mais informações sobre Receita Tributária e Dívida Ativa, ver artigo do FPO para o JE Fevereiro.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores.

Nesta edição colaborou o Est. Thiago Barbosa.

Todas as matérias estão disponíveis em www.corecon-rj.org.br/fporj.asp

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken.

Assistentes: Est. Maria Eduarda Lopes, Est. Pâmela Matos, Est. Pedro Aguiar e Est. Talita Araujo.

fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

VENHA PARTICIPAR DO SEMINÁRIO

“Lugar de Criança é no Orçamento Público”

Crianças e adolescentes representam 27,5% da população!


Dia 20 de julho de 2012
Sexta-feira às 9h

 No Auditório do Corecon-RJ
 Av. Rio Branco, 109 – 19 andar

 As propostas do seminário formarão **CARTA-COMPROMISSO**
 A ser entregue aos candidatos a prefeitura do Rio de Janeiro.

Realização:



Apoio: SINDECON-RJ

Agenda de cursos**JULHO****Para entender a conjuntura econômica****Professora Carmem Feijó**

De 5 a 26 de julho

Das 18h45 às 21h45

AGOSTO**Financiamento à inovação no Brasil****Professora Dulce Corrêa**

De 1 a 29 de agosto - todas as 4ª feiras

Das 18h45 às 21h45

Mercado de previdência complementar**Professor André Luiz**

De 2 de agosto a 20 de setembro - todas as 5ª feiras

Das 18h45 às 21h45

Redes neurais artificiais aplicadas à Economia**Professor Marco Antonio**

De 7 de agosto a 29 de setembro - todas as 3ª feiras

Das 18h45 às 21h45 horas

SETEMBRO**Perícia****Professor Roque Lincks**

De 5 de setembro a 23 de novembro - todas as 4ª e 6ª feiras

Das 18h45 às 21h45 horas

OUTUBRO**Regulamentação prudencial, evolução dos mercados e sistemas financeiros****Professor Delio José**

De 1 de outubro a 19 de novembro - todas as 2ª feiras

Das 18h45 às 21h45

Teorias dos jogos**Professor Ronaldo Fiani**

De 2 de outubro a 1 de novembro - todas as 3ª e 5ª feiras

Das 18h45 às 21h45

História do pensamento macroeconômico**Professora Ana Cristina Reif**

De 1 de outubro a 19 de novembro - todas as 3ª feiras

Das 18h45 às 21h45

Abordagem macroeconômica a partir da análise de insumo-produto: teoria e aplicações para o caso brasileiro**Professor Thiago Moraes**

De 24 de outubro a 1 de dezembro - todas as 4ª e 5ª feiras

Das 18h45 às 21h45